



O índio sob o foco da imprensa escrita: Uma análise da representação do indígena na imprensa escrita nacional (2005-2007)¹

Nataly Guimarães Foschaches²

Dr. Antonio Brand³

Ms. Angela Cristina Catônio⁴

Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre a forma de abordagem das questões indígenas nos jornais tradicionais sul-mato-grossenses, o Correio do Estado, Campo Grande-MS e O Progresso, Dourados-MS, iniciado no último trimestre de 2005. A partir do último semestre de 2006, incluiu, ainda, o impresso de circulação nacional, Folha de São Paulo e uma análise comparativa com o periódico especializado na questão indígena, Porantim, editado pelo Conselho Indigenista Missionário, CIMI. Os resultados constatados permitem concluir que as relações de poder, decorrentes da força dos interesses ligados, especialmente, ao agronegócio, condicionam e interferem no caráter das notícias que dizem respeito aos direitos indígenas, sendo este um dos fatores cruciais para o declínio da confiabilidade na imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, lucro, índios.

Pretende-se, nesse trabalho, discutir e analisar o discurso jornalístico sobre a temática indígena, utilizado pela imprensa de Mato Grosso do Sul, mais especificamente pelos jornais: Correio do Estado, Campo Grande-MS, e O Progresso, Dourados-MS, ampliando-se essa análise, num segundo momento, para o jornal Folha de São Paulo, com mais de 80 anos de circulação, considerado o maior e mais influente impresso brasileiro. Como contraponto informativo foi utilizado o periódico alternativo, O Porantim, editado pelo Conselho Indigenista Missionário, CIMI. Esse periódico mensal, especializado na questão indígena, vem sendo editado desde 1978, estando já em seu 296º número.

¹ Trabalho apresentado no GT- Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Iniciacom, evento componente XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste.

² Jornalista formada em 2007, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), e-mail: natalyfoscaches@yahoo.com.br

³ Orientador do trabalho. Professor e Coordenador do Programa Kaiowá/Guarani (Neppi), na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), e-mail: brand@ucdb.br

⁴ Co-orientadora do trabalho. Professora e Coordenadora do setor de projetos comunitários da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), e-mail: angelacatonio@uol.com.br.



Partindo do caráter referencial da mídia impressa, os jornais citados vêm sendo utilizados como fonte de pesquisa, alimentando o banco de dados, através de *clippings* jornalísticos. Esse banco de dados integra um projeto maior, representado pelo Centro de Documentação *Teko Arandu*, um setor do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (Neppi), da Universidade Católica Dom Bosco, UCDB.

A escolha do jornal O Progresso se deu por tratar-se de um dos meios de comunicação mais tradicionais no Estado, fundado no dia 21 de fevereiro de 1951, que atende, especialmente, a região da Grande Dourados, que abriga, em seu perímetro urbano, a maior reserva indígena do estado. Já o Correio do Estado é considerado líder de venda de jornais no estado, com uma tiragem de 20 mil exemplares, seguido pelo jornal O Estado de Mato Grosso do Sul, com uma tiragem de 7 mil exemplares.

A opção pelo recorte temático indígena tem relevância devido ao sensacionalismo ligado à idéia do indígena como ser primitivo, sobretudo quando estas notícias referem-se aos Kaiowá e Guarani e quando a pauta está relacionada a supostas invasões de terras particulares e a violências. Como veremos, não encontram espaço, nessas abordagens, aspectos relativos à cultura desses povos, por suporem ser este um assunto que *não vende jornal*.

A pesquisa pretende discutir e desenvolver uma reflexão a partir do movimento pós-revolução industrial, buscando as razões da persistência de determinados procedimentos jornalísticos na abordagem de temas como este em pauta, principalmente, a dificuldade em agir de acordo com a ética jornalística, proporcionando um olhar mais amplo sobre a cultura indígena.

Jornalismo e responsabilidade social

Para dar início à análise dos jornais em foco, faz-se necessário reportar-se à origem da expressão regime de responsabilidade social, fundamentada na Comissão sobre Liberdade de Imprensa (cujos membros não pertenciam ao âmbito midiático), em 1947. Essa Comissão, através de Relatório, estabeleceu os direitos e deveres do jornalista e, também, deu poder de intervenção ao Parlamento, caso o “usuário” se sentisse de alguma forma lesado. Esse Relatório não se traduziu em melhor qualidade de informação, mas suscitou um clima de indiferença ou furor nos meios de comunicação social (BERTRAND, 1999).



Sob a ótica da mídia, como serviço social, o Relatório regula a manipulação, através dos meios de comunicação e estabelece o controle do Estado, embora não como direito de propriedade. Afirma que a qualidade das informações construídas pelas empresas jornalísticas não podem ser medidas pela sua margem de lucro, decorrente do caráter sensacionalista, que impregna os veículos de informação de massa, que se vinculam a segmentos específicos da sociedade.

Segundo Moretzojn (2002), na busca de burlar as normas de credibilidade, exigidas pelos usuários, os meios de comunicação ditam as leis da imparcialidade e da objetividade. Estas garantem à imprensa o papel de quarto poder e, por isso, detentor da verdade, mascarando seu outro papel, o de construtores da realidade, com base na sua interpretação dos fatos.

Dessa forma, as empresas jornalísticas, apoiadas na afirmação de que os fatos falam por si, reduzem o trabalho dos jornalistas à função de meros transcritores, apoiados na regra da imparcialidade.

Frente a esta visão elitista, Bertrand (1999) afirma que, sem atentar para a desigualdade do nível de instrução da população, a mídia fabrica notícias fragmentadas, descontextualizadas e, além de tudo, utiliza-se de discursos irônicos para instigar o usuário a assimilar a informação a partir de determinado ponto de vista, no caso, o ponto de vista que interessa ao jornal-empresa. Driblando as regras impostas pela responsabilidade social e descomprometendo-se com a deontologia da profissão, ignoram as leis próprias que regem os elementos sociais, analisando o todo através de partes, sem a percepção da totalidade, como defende a teoria da Gestalt.

Bertrand (1999), ainda, confirma que, fundamentalmente, “a almejada responsabilidade social da imprensa apóia-se no entendimento de que lida com um público heterogêneo, sem alienar nenhum segmento significativo”, sendo assim responsável perante:

- a) Sua classe profissional - combatendo a censura, lutando pelo acesso às informações públicas ou privadas;
- b) Suas fontes - transmitindo com exatidão as palavras reportadas;
- c) Pelas pessoas em causa - respeitando a integridade das fontes envolvidas;
- d) Pelos seus usuários ou receptores - transmitindo relatos completos.



Porém, este respeito social quase sempre conflita com as “regras” decorrentes da inserção do jornal no sistema capitalista. Bertrand (1999) explica que “ao mesmo tempo em que o jornalista tenta construir notícias com informações e opiniões, também, precisa de jogo de cintura para lutar pela sobrevivência do jornal-empresa” que, na maioria das vezes, baseia-se no senso comum e na manipulação de estereótipos.

Fontes

De acordo com ERBOLATO (2001, p.183), “tudo que o jornal publica é obtido nas fontes de informação”. Por isso, muito mais que a pauta, exercer a profissão de repórter consiste no bom uso de suas fontes, sejam elas fixas ou fora da rotina. As fontes fora da rotina são procuradas, excepcionalmente, quando um fato exige determinado ponto vista. Porém, as mais usuais são as consideradas oficiais ou fixas e referem-se a órgãos públicos e outros serviços de utilidade pública. Segundo Bahia (1990), também, são consideradas fontes formais: o repórter, o correspondente, as agências noticiosas, as sucursais do interior e do exterior, as entidades públicas e privadas, bem como os setores de relações públicas governamentais e privadas, além de amigos do pessoal do jornal e pessoal voluntário.

A presente pesquisa vem comprovando que a maioria das notícias demonstra deficiências especificamente no que diz respeito à coleta e averiguação das fontes, especialmente quando se trata das reivindicações e retomadas de terras pelos povos indígenas, sendo que em raríssimos casos os povos indígenas foram ouvidos enquanto fontes, mesmo sendo eles os sujeitos-autores dos assuntos pautados.

Tradicionalmente marginalizado, o indígena, que não se enquadra no quesito formato do produto notícia destas empresas jornalísticas, torna-se um incômodo para estes veículos de informação, já que a realidade destes povos contesta o estilo padrão de generalização e desafia a capacidade habitual de resumo destes jornalistas. Por isso, na ótica desses profissionais, em muitos casos, restringir às fontes, especialmente a fontes oficiais, mesmo não tendo prova da sua confiabilidade, é a solução melhor.

Esse conhecimento e, principalmente, uso dessa engrenagem por parte do jornal-empresa com referência às fontes leva os meios de comunicação a apoiar-se apenas nas divulgações elaboradas pelas assessorias de imprensa, responsáveis pela divulgação destas mesmas fontes empresariais ou institucionais, que constroem os fatos de forma a suprir as necessidades dos seus clientes. Assim, os repórteres transcrevem fatos que nem



ao menos observaram, distorcendo e contribuindo para o agravamento de uma realidade que já é de exclusão, no caso das comunidades indígenas.

Mídia e relações de poder

Os primeiros indícios da política de troca de favores no jornalismo surgem já no século XIII. Apadrinhados pelos banqueiros e grandes comerciantes, redatores profissionais garantiam o envio de relatórios sobre fatos políticos, bélicos ou comerciais, que favoreciam, positivamente, os negócios dos interessados. Mas é no século XIX, que a imprensa absolutista torna-se instrumento de manipulação, distorção e corrupção, caracterizando-se como partidária, dividida entre social-democratas e socialistas. De lá para cá, pouca coisa mudou. Politicamente, a mídia reflete o jogo de poder nas disputas políticas e grupos econômicos e tem que se adaptar às novas tecnologias, apontadas como fator determinante da decadência das informações (BERTRAND, 1999).

Totalmente adversa ao papel iluminista dos meios de comunicação com fins instrutivos, a imprensa é consolidada como atividade industrial, acompanhando o surto demográfico da população ocidental e sua concentração urbana. Esse fato acarretou o desenvolvimento das novas tecnologias, influenciando no mercado de trabalho que, a partir de então, passa a gerar uma maior produção com baixo custo, acelera a circulação, propicia o aumento de anúncios e expande as notícias, “consumidas” rapidamente, como uma corrente de informações, fragmentadas, para um público acostumado a não pensar.

Com referência à desculpa dos veículos de comunicação que alegam a velocidade como um dos fatores, ocasionado pela alta competitividade, oriunda do desenvolvimento das novas tecnologias, Moretzsohn (2002), recorre ao fetichismo da mercadoria, definido por Marx, como processo através do qual bens produzidos pelo homem, uma vez postos no mercado, parecem existir por si, como se ganhassem vida própria, escondendo a relação social que lhes deu origem”. Da mesma forma acontece com as notícias:

A velocidade é consumida como fetiche, pois chegar na frente torna-se mais importante do que dizer a verdade: a estrutura industrial da empresa jornalística está montada para atender esta lógica (MORETZSOHN, 2002, p.120).



Por isso, segundo Moretzsohn (2002), o jornalismo desconsidera a minuciosa apuração dos fatos, tendo em vista que aquela notícia pode desaparecer e que outras virão para complementá-la. Mas, os verdadeiros entraves que permitem compreender o problema relacionado à falta de preocupação com as fontes dizem respeito aos aspectos conservadores, de cunho econômico e, principalmente, político, que filtram o que vai ser notícia ou não e enfoque que será dado à determinada notícia.

Assim, a imprensa segue desde seu nascimento com seu desenvolvimento estipulado de acordo com os interesses políticos da burguesia. Da mesma forma, no regime democrático, o Estado tenta por “rédeas” nos veículos de informação, utilizando as novas tecnologias como instrumento de manipulação e competitividade. O enaltecimento da velocidade, verificado nos veículos de comunicação não é apenas mais um fator de venda de um produto, mas uma forma política, através da qual condenam-se instituições, pessoas ou comunidades, a abrir mão da reflexão crítica e de uma informação consistente, cabendo-lhes, apenas, receber as informações sem qualquer reflexão prévia, debate ou conscientização (MORETZSOHN, 2002).

Com base no padrão de qualidade – “a notícia em primeira mão”, os operários-jornalistas encobrem as relações de poder e justificam a manipulação sutil das informações, dada que a rapidez é fator essencial para sobrevivência do jornal-empresa, assegurada, também, pelos seus anunciantes. Impõem, dessa forma, a ditadura das informações, decorrente do conservadorismo social e do liberalismo econômico, dentro de uma rotina de trabalho, que vem resultando em uma série de erros consecutivos, decorrentes da precipitação dos meios de comunicação, com o objetivo de chegar na frente.

Neste cenário, adquire relevância a mídia alternativa como uma forma de comunicação de massa que rejeita as políticas estabelecidas e busca superar a demasiada parcialidade dos demais meios. No entanto, de acordo com (LAGE, 2004), “os limites para este tipo de mídia decorrem, exatamente, das dificuldades em encontrar financiamento, por não atrair anunciantes”, já que atinge uma parcela da população em situação de minoria, que não se constitui em mercado para a venda de produtos, como a notícia.

O percurso da notícia



Cabe destacar que o universo das notícias compreende o conjunto de elementos verbais e não verbais que são expressos no discurso do texto jornalístico, na linguagem visual e até mesmo na diagramação. Aspectos emblemáticos que são determinados de acordo com a linha ideológica do jornal-empresa, que estrutura a empresa-jornal, moldando a notícia de acordo com seus interesses, subjetivamente tratados na matéria. “A principal influência da mídia faz-se por omissão: o que ela não diz tem mais influência do que o que ela diz”, (MORETZSOHN, 2002).

Assimilando o modelo americano de jornalismo, os meios de comunicação de massa utilizam-se da técnica de criação da “notícia-empresa”, que se baseia em critérios sensacionalistas de abordagem, favorecendo o embotamento dos leitores, forçando-os a se interessarem, muitas vezes, por assuntos de menor importância social.

Na realidade, sabe-se que “a imparcialidade da notícia não existe, apenas a busca de superação do sensacionalismo, mediante o aprofundamento das técnicas de apuração e tratamento das informações”, (LAGE, 2004).

Conforme Lage (2004) , “na perspectiva da organização capitalista, as redações trabalham com uma divisão de trabalho, na qual a palavra final é dada pelo *gatekeeping*”, que é o responsável por estipular, de acordo com o mercado, o que pode ou não ser publicado. Desta forma, os repórteres processam as informações, segundo procedimentos padronizados e determinados pela teoria da informação. Convém lembrar que existem outros fatores como os conhecidos “*lobbies*”, um esquema de troca de favores em prol de uma das partes envolvidas no acontecimento e a publicidade que financia estas empresas e que vêm nestes meios de comunicação mais uma forma de expandir seus negócios, aliando-se aos donos destes veículos, também, empresários:

Buscando garantir a escassa credibilidade entre parcelas da população, os empresários destes veículos, voltados à população, vista como massa de manobra, defendem conceitos de profissionalismo, segundo os quais os jornalistas-operários têm que se ancorar em técnicas de estruturação das notícias, de acordo com o grau de importância dos fatos, que são ordenados seguindo o *lead* inicial, que corresponde ao primeiro parágrafo do texto jornalístico e que contém as informações básicas (quando, onde, como, porque, quem, o que). Como afirma MORETZSOHN (2002, p.109), “...o profissionalismo é uma palavra-de-ordem do empresariado, amparado no discurso vitorioso da técnica, que encobre as relações de poder e justifica a manipulação sutil”.



Direito à informação

As pesquisas indicam claramente: o público tem o sentimento de ser enganado, explorado pela mídia. Com o advento da indústria cultural e conseqüentemente da deturpação do gosto popular, a imprensa começa a tratar a informação como mero instrumento de entretenimento midiático tornando tudo um grande espetáculo, e relatando superficialmente notícias de relevância social, refletindo no declínio da credibilidade, que a partir dos anos 90, começa a ser questionada pelo público cansado do sensacionalismo (BERTRAND,1999, p.45).

Impulsionados pelo direito de saber, exigido pela população, que se confunde com a velocidade proporcionada pelas novas tecnologias, jornalistas tratam apenas de um pedaço do quebra-cabeça, transformando esse pedaço em notícia, como se fosse o todo da informação. Ao mesmo tempo em que propiciam a criação de necessidades fictícias, determinadas pelos líderes de opinião, indiferentes às necessidades reais com que este mesmo indivíduo se defronta a todo momento no sistema capitalista que lhe é imposto:

A necessidade é linguagem feita de sangue e suor, de lágrimas e angústia, de fome e miséria. Basta ver o ser humano descalço, cabelos desgrenhados, esquelético, rosto vincado pelo sofrimento, que, faminto, nos estende a mão. Nada precisa dizer com os lábios, por que a figura pessoal já expressa tudo. Não entende essa linguagem quem não quer entender (ARDUINI, 1918, p.48).

Devido a essas necessidades reais, muito mais que um direito à informação, a comunicação trata de direitos humanos, contraditoriamente, direcionados a uma ínfima minoria, que se opõem à utilização dos veículos jornalísticos como instrumento de discussão política, social e econômica. Omitindo componentes importantes, relatando sempre apenas uma das versões e o lado da mesma moeda, transmitem a informação da mesma forma, seja escrita, em rede, televisiva ou radiofônica.

Perante essas adversidades que ameaçam o jornalismo, poucos impressos, como a Folha de São Paulo, admitem a influência desta subjetividade, que, segundo eles, se detém aos procedimentos de escolha dos assuntos, redação e edição de texto, mas que, no entanto, exige do jornalista ser o mais objetivo possível, para não deixar subentender sua parcialidade. “O leitor tem o direito de saber o que pensa, de que lado está aquele

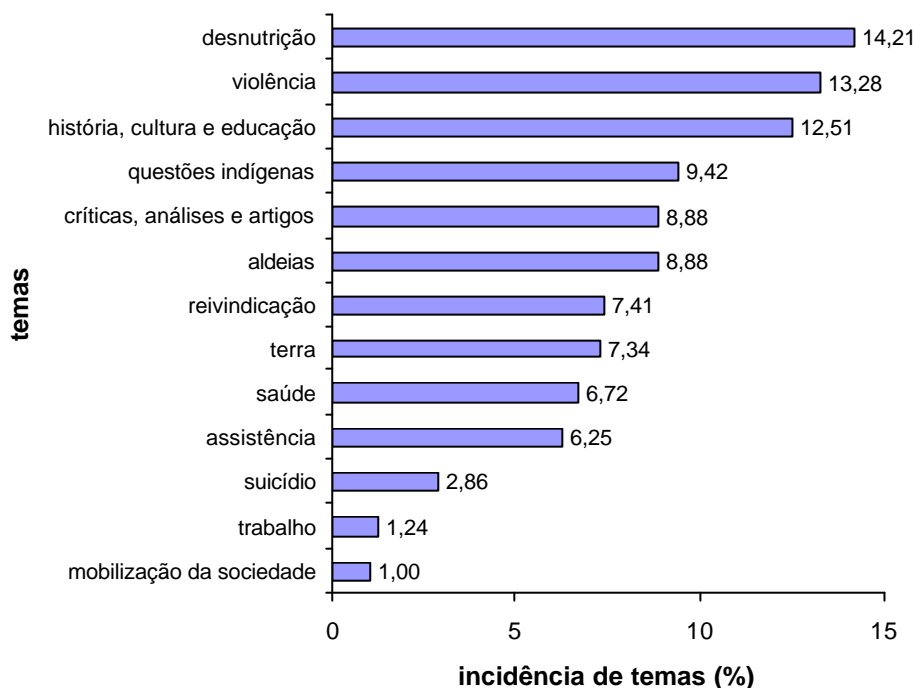


que lhe escreve - é uma informação a mais para que ele possa tirar suas próprias conclusões” (MORETZSOHN, 2002, p. 179).

Análise temática do conjunto de notícias

Segundo o levantamento realizado pelo Cedoc, referente ao ano de 2006, fazendo um comparativo com ano de 2007 (janeiro/fevereiro/março/abril):

Temáticas Indígenas nos Impressos Regionais - 2006



Menos enfatizada que no último semestre de 2005, período em foi apontado uma maior incidência de mortalidade infantil entre as crianças Kaiowá e Guarani, no ano de 2006, a problemática desnutrição ainda foi tema dos jornais regionais, incluindo outros assuntos como a mobilização da sociedade com medidas de auxílio às aldeias. Também, tiveram ênfase notícias voltadas à violência nas aldeias, com 13,28% de incidência. Outro destaque foi para matérias relacionadas a projetos educacionais e culturais. A temática ligada à situação das aldeias teve menos “êxito”, com apenas 8,8% de abordagens, assim como assuntos relacionados à reivindicação, somente com 7,41%. Da mesma forma, a temática voltada diretamente ao processo de retomada de terra, também, foi menos ressaltada, apenas por 7,34 % das matérias. Assuntos relacionados à

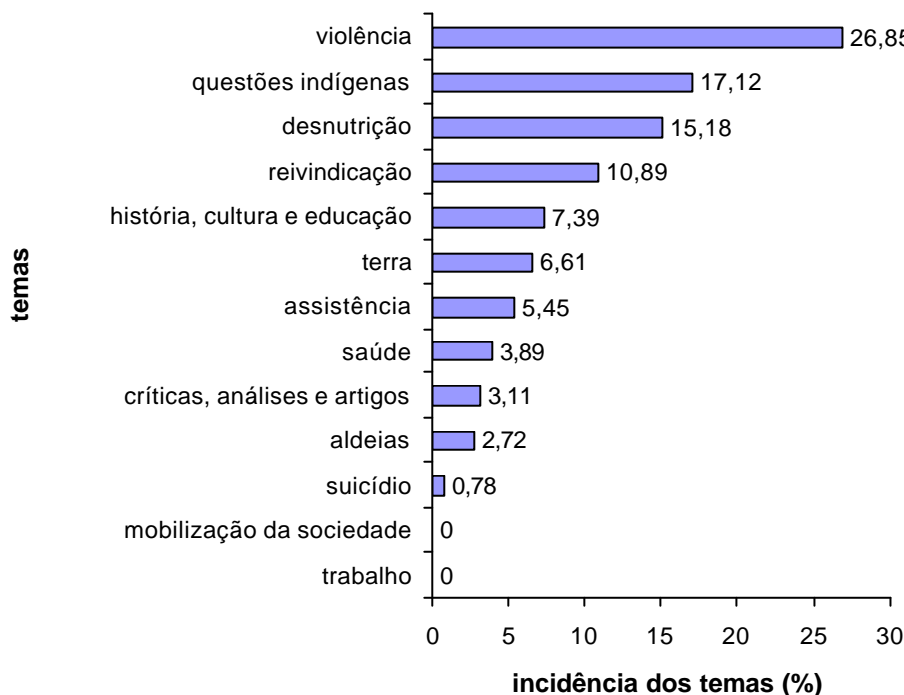


assistência e pesquisa contaram apenas com 6,25% das notícias. Temas ligados à saúde e esporte contaram com 6,72 % das matérias.

Já na parte do jornal, relativa às críticas, análises e artigos voltados ao assunto populações indígenas, o destaque foi apenas para o Presidente do Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas de MS e advogado indígena, Wilson Matos da Silva, no jornal O Progresso. Cabe ressaltar que em nenhum dos jornais analisados foram impressos artigos escritos pelos próprios jornalistas.

Foram analisados 65 notícias, 35 continham fotografias, 31 referiam-se ao presente, 18 ao passado e 5 ao futuro. O tipo de ação predominante nestas notícias, em sua maioria com temas não inéditos, demonstrava apenas transcrição dos fatos com apelos negativos, porém, com uma linguagem acessível ao público em geral.

Temática Indígena nos Impressos Regionais - abril/2007



Em 2007, não foi muito diferente, pois a problemática violência, também, correspondeu a 26,85% das matérias analisadas, sendo que em nenhum dos discursos houve uma contextualização do assunto violência em si, que afeta estas comunidades e à população em geral. Seguido por questões indígenas, totalizando 17,12% das matérias.

Novamente, a mortalidade infantil entre as crianças Kaiowá e Guarani foi resultado de pautas mal desenvolvidas por estes jornalistas. Dando seqüência, a contínua reivindicação de territórios perdidos teve espaço em 10,89% das matérias.



Cobrimo a lacuna dedicada ao “Caderno B” dos jornais, foram superficialmente tratados quando ligados à história, cultura e educação, mais discutidos que o tema da terra, que foram tratados em 6,61% das notícias. Por fim, dando seqüência, críticas, análises e artigos, com 3,11%, aldeias, com 2,72%, suicídio, com 0,78%.

Algumas notícias

O Progresso

04.12.06 Prefeito entrega carro para saúde indígena - Comprovando o caráter da política de troca de favores, como fica exposto na notícia que trata da entrega de um veículo na comunidade indígena de Amambaí para a equipe odontológica do Programa de Saúde Indígena (PSI), pelo prefeito de Amambaí, Sérgio Barbosa e o até então chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul, Wanderley Guenka.

13 e 14/01/07 Índios pedem demarcação e justiça - Diferentemente das outras notícias, esta matéria trata do protesto de 50 indígenas Kaiowá e Guarani na Praça Antonio João, em Dourados-MS, que pedem a demarcação de seus territórios tradicionais e exigem justiça no que diz respeito às mortes do cacique terena, Gilson Valério e da rezadora de 73 anos, Xurete Lopes. Ao mesmo tempo, o jornal aborda as reivindicações dos indígenas: “De acordo com a Polícia de Ponta Porá, o fato aconteceu durante um confronto entre funcionários da fazenda Madama e os índios que invadiram a propriedade”. O jornalista responsável utiliza de termos como invasão, além de mencionar a grafia dos nomes das etnias erroneamente, como guaranis e caiuías.

Correio do Estado

10.01.07 Indígena morta em desocupação- “Ânimos exaltados entre fazendeiros e indígenas que ocuparam a fazenda Madama”, diz parte do trecho de um discurso irônico utilizado pelo autor da matéria. No período de retomada da fazenda Madama, com 2400 hectares, Xurete Lopes, cerca de 50 anos, foi assassinada. Mal apurada e mal contextualizada, a matéria, ao mesmo tempo em que trata do assassinato, também, remete para uma acusação de roubo, por quatro indígenas, envolvidos na reocupação do território, induzindo o leitor a um pré-julgamento e minimizando gravidade do assassinato, como crime hediondo, para centrar-se na tentativa de roubo. Dessa forma, a informação veiculada leva o leitor a relativizar o crime de assassinato, ao mesmo tempo em culpa os próprios indígenas pelos fatos.



03.06.07. Índios abandonam filhos em hospital - Escrita pelo jornalista responsável por uma série de matérias referente à questão indígena, no Correio do Estado, Antonio Viegas, esta notícia trata de casos como o do bebê indígena, de três anos, Rosimar Ramires, abandonado há um ano e seis meses, no Hospital Universitário de Dourados - MS, por “possuir paralisia cerebral”. Durante o relato, em nenhum momento os próprios indígenas se posicionam em relação a este agravante que vem prejudicando o atendimento de outras crianças enfermas e as próprias crianças portadoras de necessidades especiais. O texto confirma a afirmação da pediatra Denise Córdoba, segunda a qual: “O assunto é polêmico porque não deixa de ser uma forma de discriminação e, por outro lado, seria justificável pela falta de recursos das famílias para manutenção dessas crianças”.

Folha de São Paulo

28.02.07 Bebê indígena morreu por falta de comida, dizem pais - Responsável pela maioria das matérias, o jornalista Hudson Côrrea, da Agência Folha, em Dourados-MS, trata da morte do bebê Cleison, de dez meses, filho da índia guarani, de 20 anos, Salete Benites, como um fato isolado. Enquanto a mãe alega a morte da criança por falta de comida, o texto cita, minuciosamente, os alimentos da cesta básica que no momento da entrevista havia na casa, além de apontar para o alcoolismo dos familiares: “Eu bebo sim mas não de cair. Não fiz isso”, afirma Salete.

04.03.07 Drogas chegam às tribos e desestruturam famílias - Assim como nas outras matérias, a Folha de São Paulo atribui os problemas enfrentados pelos kaiowá e Guarani ao uso abusivo de drogas nas aldeias. Raríssimas vezes, a questão da perda dos territórios indígenas tradicionais e consequente confinamento foi mencionada. Das matérias analisadas somente a notícia já citada acima trata desta problemática: “Fome, alcoolismo e uso de drogas desestruturam famílias indígenas guaranis e caiuas, em Mato Grosso do Sul.”

O Porantim

Segundo denúncias do Jornal Porantim, posturas de convivência e submissão às versões de interesse das elites regionais verificam-se, também, em outras partes do país. Publicado pelo Conselho Indígenista Missionário, em Brasília-DF, Porantim rejeita as políticas estabelecidas a favor do lucro a qualquer custo. Em de março de 2007, o



editorial do Porantim apontava o Jornal do Brasil como aliado de políticos e empresários de Roraima, por publicar uma série de reportagens intituladas “Amazônia em perigo” que atacavam diretamente, as populações indígenas.

Nessa mesma edição, mais especificamente na matéria “A volta de Rondon”, o alvo foi a Folha de São Paulo, que publicou artigo de Hélio Jaguaribe, no dia 9 de fevereiro. Segundo o Porantim, o autor considerou como “jardim zoológico” as comunidades que vivem de acordo com suas tradições, além de conclamar o governo a diminuir, drasticamente, o tamanho das terras destes povos.

Em outra matéria, o Porantim, de janeiro e fevereiro deste ano, intitulada “A morte e a verdade da mentira”, trata do assassinato da rezadora Xurete Lopes, na fazenda Madama, em Amambaí. Referindo-se ao discurso parcial, o texto critica jornais regionais que buscam caracterizar como “culpados” os próprios índios, pois, segundo estes: “A índia Xurete Lopes, morreu nesta terça-feira, durante o confronto entre um grupo de seis a oito homens brancos armados e 180 indígenas, que invadiram a fazenda Madama”. (CAMPO GRANDE NEWS, Campo Grande, 09 jan. 2007).

De janeiro a julho deste ano, foram analisadas as edições mensais do Porantim, constatando-se que a maioria das matérias que tratam dos povos kaiowá e Guarani foram escritas por Egon Heck, do CIMI/MS. Por ser um jornal especializado, a principal diferença em suas matérias encontra-se no seu caráter opinativo, atentando, especialmente, para leituras e informes vindas a partir da ótica indígena, responsabilizando, diretamente, fazendeiros, empresários e políticos. Manifesta clara preocupação com a contextualização dos fatos, sendo que suas fontes são, preferencialmente, estudiosos e os próprios indígenas.

Considerações finais

Análises feitas permitem concluir que as relações de poder, decorrentes dos interesses ligados ao agronegócio, condicionam e interferem nas abordagens da questão indígena por parte dos jornais regionais, sendo este um dos fatores cruciais para entender o declínio da confiabilidade na imprensa. Cabe observar que o histórico dos jornais de maior relevância nacional indica, também, o mesmo atrelamento a interesses econômicos específicos, que direcionam a sua abordagem das notícias. No caso específico da temática indígena, mesmo tendo presente a ampla diversidade cultural que caracteriza a realidade do país, os meios de comunicação, na maioria das vezes, nunca



estiveram dispostos a publicar experiências desses grupos silenciados ou mesmo em dar voz aos considerados “vencidos”, no caso as populações indígenas.

Exceto em algumas situações, como em 1970, quando a mídia foi responsável pela denúncia das práticas genocidas, cometidas através da política indigenista oficial, implantadas pelo Estado. Com respeito ao discurso jornalístico, constatou-se falhas no que se refere à apuração das fontes, nas quais, raramente, os próprios índios são mencionados. É o caso das notícias relacionadas a violências, com grande destaque nas publicações, que, na maioria das vezes, acabam fortalecendo o **pré-conceito**, pois, a partir de casos particulares, generalizam-se conclusões para toda a população indígena.

Adquire, também, relevância, na mídia alternativa, como O Porantim, que rejeita as políticas estabelecidas, a partir de um discurso opinativo e parcial dos fatos, favorável às populações indígenas e simultaneamente ao próprio Cimi que financia a publicação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDUINI, Juvenal. **Estradeiro: para onde vai o homem?** .2ºed. São Paulo: Paulinas, 1918.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990. v. 2. 253 p. Básica universitária.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias** . São Paulo: EDUSC, 1999.

BRAND, Antonio. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os kaiowás e guarani no Mato Grosso do Sul**. In: V Reunião de Antropologia do MERCOSUL, 2003, Florianópolis - SC. Anais do V Reunião de antropologia do MERCOSUL - Antropologia em Perspectivas. Florianópolis . Universidade Federal de Santa Catarina. v. 1. p. 314-314. 2003.

BRAND, Antonio ; PÍCOLI, Renata Palópoli . **Mortalidade infantil entre os Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul**. Povos indígenas no Brasil 2001-2005. : , 2006, v. , p. -.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2001.

KASAHARA, Ivan. In: A criança e o adolescente na mídia de Mato Grosso do Sul **Por que utilizar as terminologias corretamente ?** Campo Grande, 2003. ano1.p.42.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. 14º.Ed.R.J.: Jorge Zahar.2001. Adaptação: URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da informação**. 1ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras**. Ed. Loyola, 1994. Adaptação: URQUIZA, Hilário Antonio Hilário, 2007.